

A Situação da Educação Física no 1.º Ciclo de Ensino em Portugal e o Papel da FCDEF na Reciclagem de Professores

Paula Botelho Gomes*

Resumo

Várias justificações são comumente apresentadas quando se reflecte sobre as carências da educação física no 1.º ciclo de ensino. Algumas delas são aqui revisitadas, ao mesmo tempo que se dá conta de um projecto de formação/reciclagem dirigido a professores deste grau de ensino, encetado pela Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, como resposta a preocupações e solicitações oriundas do poder autárquico.

1. Introdução

Em Portugal, a formação motora e o desporto, ou se quisermos a educação física, na escola primária, não tem expressão. Nunca fez escola nem tradição tão pouco.

Se passarmos em revisão alguns pontos do historial da educação física no ensino primário em Portugal (ou, como preferimos dizer, a história da sua não história) verificamos que em 1875 se confere a obrigatoriedade a esta disciplina (ESTRELA, 1972; CRESPO, 1990). No entanto, é o próprio Ministério da Educação Nacional que em 1939 admitia que a educação física *das escolas do ensino primário é como se de facto não existisse* (F. M. H., 1990, 8).

* Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física (UP).
Boletim SPEF, n.º 5/6 Verão/Outono de 1992, pp. 65-72.

A formação motora tem sido vista como acessória quando comparada com outros domínios do desenvolvimento da criança, sendo arreadada, sistematicamente, da antropagogia.

Apesar de a última reforma do Sistema Educativo em Portugal mais uma vez se ter debruçado sobre esta matéria de ensino, com reflexos imediatos num novo programa, cremos que a sua implementação é pouco promissora. E isto porque temos de fazer a distinção entre filosofia da nova reforma, novo programa, recursos necessários e a sua aplicação.

Pensamos que se trata de uma reforma que não prevê a alteração dos estruturas que a viabilizam (professores devidamente habilitados, instalações, materiais).

Um jornal semanário dedicou à Reforma Educativa um artigo com um título sugestivo — *Reforma nova em escolas velhas*. Nesse artigo a educação física é fustigada em várias frentes: nos próprios conteúdos programáticos, nos recursos e na formação de professores.

Ainda no mesmo artigo, e segundo dados do Instituto de Inovação Educacional, só 25% dos professores consideram que os recursos existentes na escola são suficientes e mais de 50% referem que a formação recebida não foi suficiente para responderem ao novo programa.

É certo que a Lei de Bases do Sistema Educativo confere obrigatoriedade à educação física e a Lei de Bases do Sistema Desportivo lhe atribui relevância pedagógica, mas por si só o acto de legislar não é suficiente para que a situação se modifique. Se a carência de formação específica dos professores do 1.º ciclo de ensino e a escassez de meios são as justificações mais óbvias, julgamos que o português, no seu íntimo, não considera a Cultura Física como uma parcela da cultura geral, remetendo-a para um plano secundário.

A Lei de Bases do Sistema Educativo refere que este ciclo de ensino é organizado de forma interdisciplinar e da responsabilidade de um professor único.

No entanto, os resultados inerentes à figura do professor único, responsável também pela formação motora, ainda não se vislumbram.

Testemunho disso mesmo é o estudo comparativo realizado por CARRERE (1991) sobre o desporto e a educação física, sua concepção, organização e prática na Comunidade Europeia.

Neste estudo, e no que se refere a Portugal e à educação física neste grau de ensino, podemos ler *não obrigatória: recomendada* (non obligatoire: «recommandé», 30). A frase... *não obrigatória: recomendada* define bem a situação portuguesa apesar do articulado legislativo referido anteriormente.

Face às carências que temos vindo a constatar, julgamos que o professor único, a sua competência generalista, a sua desmotivação escudada num cem número de desculpas não alterará o quadro actual a não ser com formação complementar e recursos adequados.

Em suma, diríamos que temos programas, alguns professores preocupados e interessados, o poder central a acenar aos eleitores com a importância da actividade física para o desenvolvimento do cidadão, mas soluções concretas não se avistam, ou seja, não se pode afirmar que a educação física, no 1.º ciclo de ensino, se venha a constituir como uma prática sistemática e sistematizada e venha a ser considerada e cuidada como matéria de ensino.

Ainda que a educação física no 1.º ciclo de ensino dependa do poder central, face à ineficácia do mesmo e às lacunas apontadas, começa a notar-se um interesse acrescido das autarquias por este problema, isto é, algumas Câmaras Municipais encetam projectos no sentido de que esta área da educação e o desporto sejam contemplados no dia a dia das crianças, na sua formação.

Conhecemos exemplos que parecem ser promissores: o da Câmara Municipal do Porto com o seu projecto das *Escolas Desportivas Municipais*, e o da Câmara Municipal de Matosinhos que este ano iniciou o processo de reciclagem de professores e está a reformular a sua política desportiva.

As Câmaras do Porto e de Matosinhos apostam no papel do professor do 1.º ciclo como agente privilegiado na consecução dos objectivos da educação física e do desporto neste escalão etário, mas reconhecem que o professor necessita de quem o forme e o oriente.

Deste modo, solicitaram à nossa Faculdade uma acção de reciclagem/formação para professores do 1.º ciclo de ensino; a Câmara do Porto colocou mesmo em cada uma das freguesias um licenciado em educação física, que dá apoio e orientação a todas as escolas primárias da área. Para além dos recursos humanos, as Câmaras estão a apetrechar as escolas com material desportivo.

Perguntar-se-á porquê a Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, através do seu gabinete de Pedagogia do Desporto, a ser chamada para a organização destas acções de formação e não a entidade que actualmente forma o professor para este ciclo de ensino? Eventualmente não conhecemos todas as razões, mas pelo menos duas para nós são claras: a nossa Faculdade tem provas dadas no domínio da formação de professores, daí o seu crédito científico-pedagógico, e apresenta como objecto de estudo e referência cultural o *Desporto* tomado este num sentido abrangente e plural.

2. Objectivos e conteúdos da acção de formação

Esta acção tem por objectivo central sensibilizar os professores para a importância da educação física no processo educativo e formativo do aluno. Foi também nosso objectivo analisar aspectos básicos que condicionam a prática de actividades desportivo-corporais nesta fase de

desenvolvimento e apresentar um conjunto de propostas de trabalho prático.

A premissa de que partíamos era a seguinte: apesar das carências de espaço e de material da grande maioria das escolas, ainda há muito a fazer, pois encontramos-nos na estaca zero. Nesse sentido, todas as propostas de trabalho prático foram realisticamente planeadas, tendo em devida conta as deficientes condições de trabalho nas escolas, apresentam características de flexibilidade e de extensão das situações práticas.

O ensino primário, ou 1.º ciclo de ensino, está dividido, como se sabe, em fases. À primeira fase correspondem o 1.º e 2.º anos, à segunda o 3.º e 4.º anos.

O projecto apresentado às autarquias respeitava as fases de ensino mencionadas, tendo sido desenvolvido em duas partes ou momentos, num total de cerca de 40 horas e compreendendo sessões teóricas, teórico-práticas e práticas.

Passaremos, nos pontos que se seguem, a referir os conteúdos da acção de formação fazendo sobressair, sempre que nos parecer importante, alguns aspectos fulcrais.

2.1. 1.º momento da acção de formação

O primeiro momento da acção é composto por sessões de fundamentação teórica e sessões práticas. Inicialmente, tínhamos previsto realizar situações práticas em que interviessem os próprios professores e alunos. Porém, vimo-nos forçados a utilizar filmes em video com alunos reais uma vez que, a adesão imprevista de grande número de professores (cerca de 200 na acção realizada para a Câmara do Porto) e com as nossas próprias carências de instalações seria inviável levar à prática a ideia inicial.

No plano da fundamentação teórica, sublinhamos alguns conteúdos abordados:

Papel da educação física na formação e educação integral do aluno; aspectos gerais do desenvolvimento motor; factores condicionantes da actividade desportivo-corporal, organização do processo de ensino e aprendizagem em educação física e preceitos da aula de educação física. As capacidades e habilidades desportivo-corporais, ainda que devidamente enquadradas nos conteúdos mencionados, foram objecto de exploração nas sessões práticas.

Em suma, acentuou-se a tónica de que uma educação de qualidade implica necessariamente uma formação integrada, com experiências e aprendizagens em todos os domínios do desenvolvimento da criança, onde a educação física, o desporto, joga um papel importante, pelo seu contributo único na formação do aluno. Esse contributo apresenta, também, outras valências pedagógicas enquanto factor potenciador das

outras áreas de intervenção e enquanto actividade alternativa ao estilo de vida actual.

Este último aspecto foi devidamente enquadrado na importância da Educação Física para uma educação da saúde.

Todos os princípios referidos só fazem sentido se o professor valorizar a formação corporal como princípio educativo, se for capaz de ultrapassar aspectos relacionados com a sua própria motivação e se, na planificação do seu trabalho, existir um espaço para a educação física onde esta seja tratada com a mesma seriedade da matemática ou da leitura.

Assim, esta matéria expressa-se numa actividade sistemática, carregada de intencionalidade educativa, deve ser concebida de uma forma integrada com as outras áreas de aprendizagem e organizada de uma forma que proporcione prazer ao aluno.

Outra questão que nos preocupou relaciona-se com os aspectos particulares da organização do processo de ensino e aprendizagem em educação física.

Apesar do professor do ensino primário ser um condutor e organizador experiente de alunos e de situações de aprendizagem, a questão do espaço na aula de educação física levanta muitas vezes problemas de organização e gestão, especialmente a quem normalmente organiza as suas actividades em espaços bem delimitados, como é o caso da sala de aula. Esta questão não pode constituir entrave ao processo nem factor de desmobilização pelo desgaste de energias que provoca no professor.

Se problemas de organização e de gestão são fantasmas a resolver, a aula de educação física deve incorporar outro nível de preocupações como sejam os conteúdos seleccionados, a intencionalidade educativa das tarefas propostas, a oportunidade e tempo para aprender, a variedade, volume e intensidade dessas mesmas tarefas.

A realização efectiva da aula de educação física é factor primordial para que a situação se altere definitivamente. No entanto, julgamos que o espaço do recreio deve ser também um espaço educativo, mais uma oportunidade de exercitação e de prazer para a criança.

Abordamos o tema sugerindo que o recreio seja um espaço de aprendizagem através do jogo, de exploração do meio, onde o desafio, a exigência seja imposta por cada criança, à sua dimensão; um espaço onde a criança invista a sua afectividade, energia e experimente um vasto leque de habilidades motoras e sócio-motoras.

Definiríamos, assim, três espaços:

- Um espaço que comporte uma zona aberta a jogos de pequena organização, sem material, plástico no sentido que pode ser aquilo que a criança quer que ele, num determinado momento, seja, local para as estafetas, as rodas, os jogos com bola, o salto ao eixo, para saltar à corda...

- Uma outra zona com materiais fixos que convidem às suspensões, aos saltos, às situações que solicitam o equilíbrio, com materiais de dimensões diversas que possibilitem o seu uso tanto por alunos do 1.º ano como pelos do 4.º ano. O solo deve conter marcações para jogos tradicionais (pião, berlinde, macaca...).
- Por fim, uma zona dedicada aos jogos desportivos colectivos com materiais adequados e adaptados aos alunos em causa.

Pensamos que esta configuração de espaço de recreio respeita as necessidades das crianças, as fases de desenvolvimento que poderemos encontrar em 4 anos de escolaridade, as suas apetências e competências em termos de exercitação.

As sessões práticas apresentaram propostas para as primeiras experiências no meio aquático, abordaram formas do pré-atletismo, modos de exercitação das capacidades coordenativas e condicionais referenciadas à ginástica desportiva e ao atletismo, trabalho com bola, onde se visava as coordenações básicas que aquele tipo de material impõe, segundo a tríade Eu — Eu e a Bola — Eu, a Bola e os Outros, ou, se preferirmos, o domínio do corpo, o domínio da bola e a bola como meio de comunicação. Não esteve em causa nenhum desporto colectivo ou modalidade desportiva em particular, somente o *apetrechamento motor da criança*, os requisitos básicos inerentes a uma iniciação desportiva.

Em todas as sessões práticas a preocupação dominante residiu na formulação das situações de uma forma integrada e sempre referenciadas à fundamentação teórica apresentada.

Todos sabemos como a falta ou insuficiência de meios é uma das razões invocadas pelo professor para não aplicar o programa estabelecido para a disciplina de educação física. Nesse sentido, foi apresentado um conjunto de situações de exercitação das capacidades coordenativas e condicionais onde não se utilizava material auxiliar. O corpo e o movimento, categorias centrais da educação física, do desporto foram os únicos suportes solicitados. Apesar de se tratar de um processo redutor, onde habilidades importantes foram cerceadas, pareceu-nos importante fazê-lo.

2.2. 2.º momento da acção de formação

A 2.ª parte ou momento de formação apresenta como linha condutora a *iniciação desportiva*. Os conteúdos a explorar são dirigidos à 2.ª fase de ensino, ou seja, a crianças com idades compreendidas entre os 8 e 10 anos.

O andebol, basquetebol e futebol foram tratados partindo dos elementos estruturais que lhe são comuns, diferenciando-se posteriormente as condutas motoras específicas de cada modalidade.

O voleibol dadas as suas características, foi abordado em separado, e postula os seguintes objectivos a perseguir: *utilizar o 1×1 como forma fundamental de jogo, permitir o ressalto e o duplo toque como meio de fornecer maior continuidade às acções, contactar com a bola utilizando preferencialmente o passe e realizar o serviço como forma de colocar a bola em jogo* (MESQUITA, 1992).

Continua a explorar-se o atletismo e a ginástica nas suas habilidades específicas. A ginástica, apoiando-se no programa em vigor, apresenta o rolamento à frente, à retaguarda e o apoio invertido e respectivas formas de trabalho, como proposta.

O atletismo, através de circuitos de exercitação e de competição, propõe o desenvolvimento das capacidades motoras básicas, das coordenações específicas às situações de salto e lançamento, da técnica de corrida, noção de ritmo e tempo de corrida e a introdução de algumas noções regulamentares.

Deixamos a natação para uma outra oportunidade, uma vez que trata de uma modalidade que, num tempo próximo, dificilmente será trabalhada na generalidade das nossas escolas, porque pressupõe espaços e cuidados mais específicos. Mais uma vez apostamos em modalidades passíveis de concretização imediata.

Este 2.º momento da formação compõe-se, quase na sua totalidade, de sessões práticas, contemplando, também, a própria vivência dos professores. Neste particular, a sessão dedicada aos jogos tradicionais constituiu, aquando da experiência levada a cabo no Porto, um momento de convívio muito saudável.

A vertente teórica discorre acerca do como conceber o ensino dos jogos desportivos colectivos e respectivos aspectos metodológicos.

3. Conclusão

Parece por demais evidente que não esgotamos as possibilidades de informação nestes dois momentos da formação. Com a continuação deste projecto abrangeremos outras vertentes, como sejam, as actividades rítmicas e expressivas e práticas desportivas no meio natural.

Uma publicação, tipo manual, foi editada contendo a informação referente ao 1.º momento da acção de formação — Educação Física na Escola Primária (vol. 1) e já se encontra no prelo o Volume II dedicado à iniciação desportiva.

Bibliografia

BOTELHO GOMES, P. (1991). Aspectos do Desenvolvimento Motor e Condicionantes da Actividade Desportivo-Motora. *Educação Física na Escola Primária*

- (vol. 1). Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Gabinete de Pedagogia do Desporto; C. M. do Porto, Pelouro de Fomento Desportivo (Eds.), 31-42.
- BOTELHO GOMES, P. (1991). Os Espaços e os Materiais. *Educação Física na Escola Primária* (vol. 1). Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Gabinete de Pedagogia do Desporto; C. M. do Porto, Pelouro de Fomento Desportivo (Eds.), 59-65.
- BOTELHO GOMES, P. (1991). Da educação física e do desporto no primeiro ciclo de ensino. Actas do II Congresso de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa *As Ciências do Desporto e a Prática Desportiva* (volume 1). BENTO, J.; MARQUES, A. (Eds.) Universidade do Porto — Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, 235-247.
- BRITO, M. (1986). A Educação Física no Ensino Primário: algumas questões sobre o passado e o presente. *O Professor*, 83, 4-12.
- CARRERE, P. (1991). Le Sport et l'Education Physique dans la Communauté Européenne. *E.P.S.*, 228, 29-35. Paris.
- CASTRO, J. (1990). *Lei de Bases do Sistema Desportivo*. ME-D-GD Lisboa.
- CRESPO, J. (1990). *A História do Corpo*. Difel (Ed.), Lisboa.
- ESTRELA, A. (1972). *Elementos e Reflexões sobre a Educação Física em Portugal, no período compreendido entre 1834 e 1910: da necessidade da educação física*. INEF, CDI. Lisboa.
- F. M. H. (ed). (1990). *INEF 1940-1990*. Universidade Técnica de Lisboa.
- LIMA, R. (1991). Reforma Nova em Escolas Velhas. *Jornal Expresso — Revista — 3 de Agosto*, 23-25.
- MATOS, Z. (1991). A importância da Educação Física no 1.º Ciclo do Ensino Básico. *Educação Física na Escola Primária* (vol. 1). Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Gabinete de Pedagogia do Desporto; C. M. do Porto, Pelouro do Fomento Desportivo (Eds.), 21-29.
- MESQUITA, I. (1992). *Iniciação ao Voleibol*. Comunicação apresentada à Acção de Formação de Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico, promovida pela C. M. do Porto, organizada pela FCDEF-UP e realizada no Auditório da Reitoria do porto a 7, 8 e 9 de Outubro.
- PIRES, E. (1987). *Lei de Bases do Sistema Educativo — apresentação e comentários*. Asa (Ed.), Porto.
- QUEIRÓS, P. (1991). Particularidades da Organização do Processo Ensino-Aprendizagem em Educação Física. *Educação Física na Escola Primária* (vol. 1). Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Gabinete de Pedagogia do Desporto; C. M. do Porto, Pelouro de Fomento Desportivo (Eds.), 47-57.